



PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

PANORAMA CONJUNTURAL

Maio de 2024
em Junho de 2024

Demanda interna sustenta PIB do 1º tri/24 do Brasil

No primeiro trimestre de 2024, o PIB brasileiro cresceu 2,5%, uma desaceleração significativa em comparação com o crescimento de 4,2% no mesmo período de 2023 (gráfico nº 1).

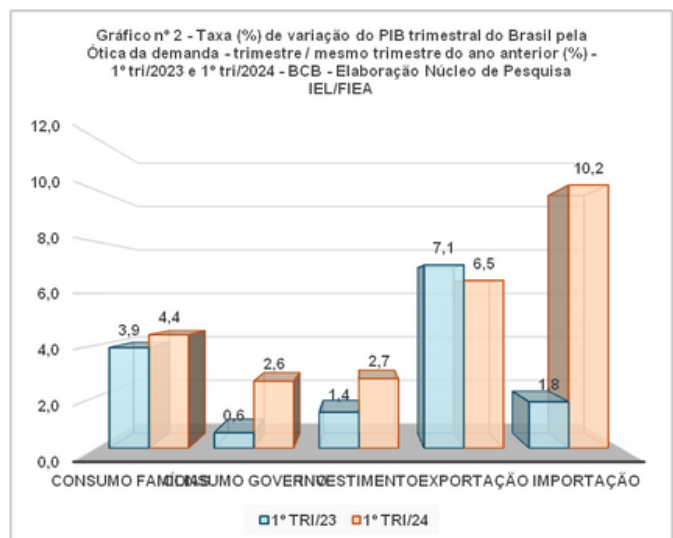
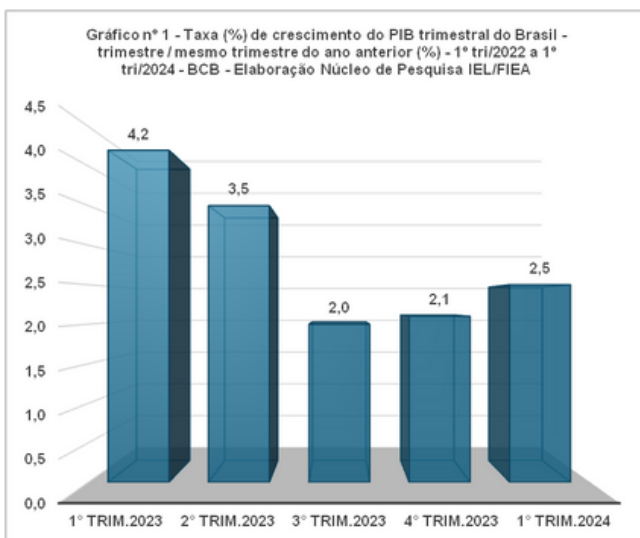
Na ótica da demanda, o consumo das famílias aumentou de 3,9% no primeiro trimestre de 2023 para 4,4% no mesmo período de 2024, indicando um fortalecimento da demanda interna, devido ao aumento da renda disponível e das políticas governamentais de incentivo ao consumo. O consumo do governo também cresceu significativamente, de 0,6% para 2,6%, refletindo maiores gastos públicos ou investimentos em setores-chave da economia.

A taxa de desemprego caiu de 8,5% em abril de 2023 para 7,5% em abril de 2024, e o rendimento médio real efetivo aumentou de R\$ 2979,00 para R\$ 3109,00 no mesmo período, ambos indicando melhora nas condições do mercado de trabalho e na renda das famílias. Adicionalmente, o número de pessoas ocupadas subiu de 107,3 milhões em abril de 2023 para 109,0 milhões em abril de 2024, e o salário mínimo real aumentou de R\$ 1350,27 para R\$ 1412,00 no mesmo período. Esses dados sugerem uma melhora geral nas condições de emprego e uma maior capacidade de consumo das famílias brasileiras.

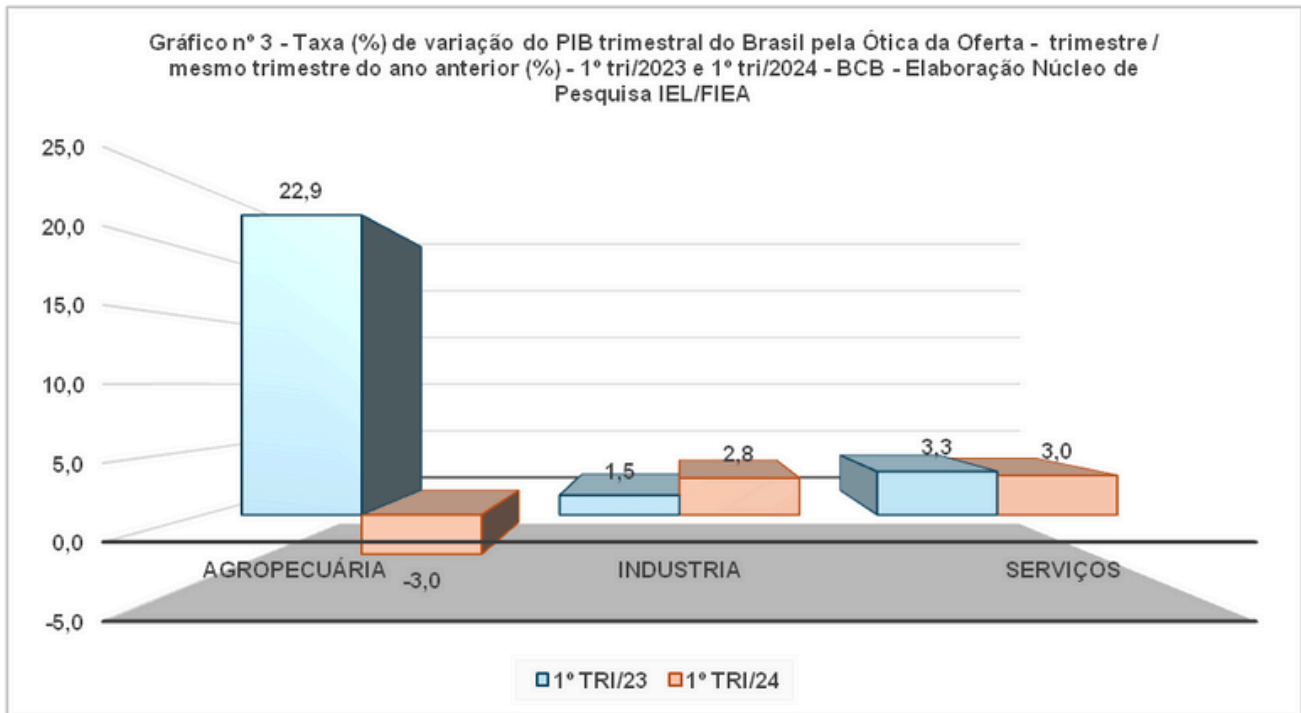
Os investimentos e exportações, embora positivos, mostraram tendências mistas. Os investimentos aumentaram de 1,4% para 2,7%, sugerindo confiança na economia, enquanto as exportações diminuíram ligeiramente de 7,1% para 6,5%. Em contrapartida, as importações cresceram substancialmente de 1,8% para 10,2%, indicando um aumento da demanda por bens estrangeiros ou insumos e máquinas para a produção doméstica (gráfico nº 2).

Outro fator relevante é o saldo de crédito ampliado concedido a empresas e famílias, que aumentou de R\$ 8,8 bilhões em abril de 2023 para R\$ 9,6 bilhões em abril de 2024, mesmo com taxas de juros bastante salgadas. Esse crescimento no crédito disponível pode ter contribuído para o aumento dos investimentos e do consumo, fornecendo recursos às empresas para expandirem suas operações e às famílias para financiarem suas compras. Esses dados combinados indicam um cenário econômico complexo, onde o crescimento é impulsionado por fatores internos, mas enfrenta desafios externos e setoriais específicos.

Analisando os dados de oferta, a agropecuária, que teve um desempenho extraordinário no primeiro trimestre de 2023 com crescimento de 22,9%, apresentou uma retração de 3,0% no primeiro trimestre de 2024, possivelmente devido a condições climáticas adversas. Por outro lado, o setor industrial mostrou uma recuperação moderada, passando de 1,5% no primeiro trimestre de 2023 para 2,8% em 2024, o que pode indicar uma recuperação da produção após dificuldades ou uma adaptação a novas condições de mercado.



O setor de serviços, uma parte substancial da economia brasileira, manteve-se relativamente estável, com um leve decréscimo de 3,3% para 3,0%, demonstrando resiliência apesar da desaceleração geral (gráfico nº 3).



A melhora nas condições de emprego e renda, aliada à expansão do crédito, contribuiu para um desempenho positivo do PIB em comparação aos dois trimestres anteriores (gráfico nº 1), evidenciando a importância da demanda doméstica na sustentação do emprego e da renda. Todavia, o crescimento no 1º trimestre de 2024 foi impulsionado pelo consumo das famílias e do governo, bem como por um crescimento modesto dos investimentos. Esse padrão de crescimento pode comprometer a sustentabilidade a longo prazo, visto que um crescimento econômico saudável geralmente depende de investimentos que ampliem a capacidade produtiva e a infraestrutura do país.

BCB encerra ciclo de baixa da SELIC

Como esperado, o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, em decisão unânime, encerrou o ciclo de redução da taxa SELIC, evidenciando a forte influência do mercado na definição desta taxa. Até o início de abril deste ano, as expectativas indicavam uma SELIC de 9% ao ano para o final de 2024; contudo, esse cenário foi adiado para 2026. As expectativas revisadas agora projetam uma SELIC de 10,5% ao ano em 2024 e de 9,5% ao ano em 2025. A meta de inflação para esses anos é de 3%, com uma margem de tolerância de 1,5 pontos percentuais, para mais ou para menos, a fim de acomodar choques econômicos.

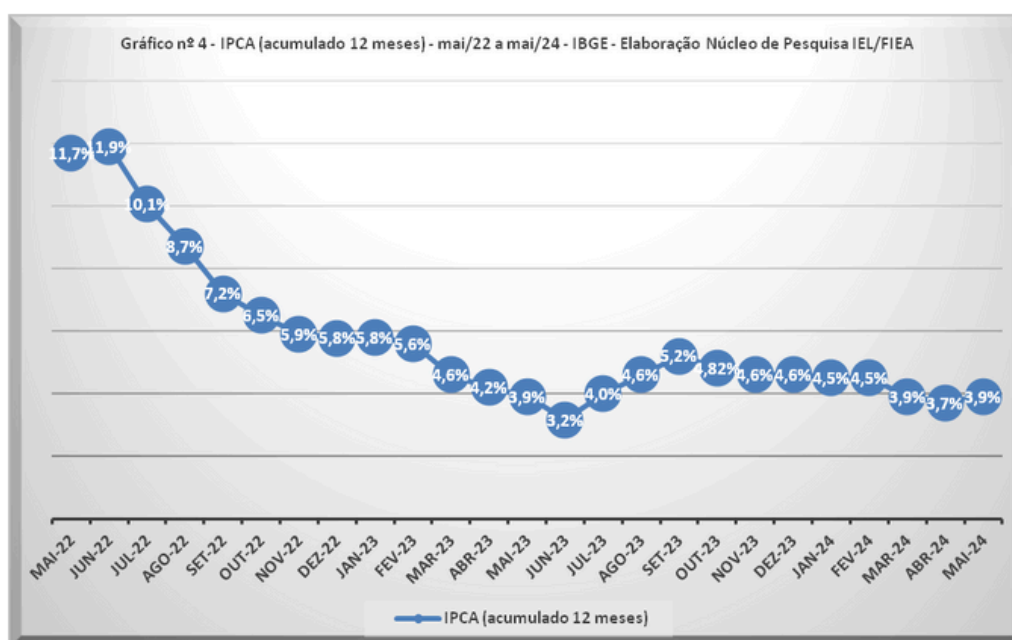
As estimativas da pesquisa FOCUS junto ao mercado financeiro para o IPCA são de 3,9% ao ano, 3,8% ao ano e 3,6% ao ano, respectivamente. Embora acima do centro da meta, esses valores estão dentro do intervalo de tolerância. A mediana das expectativas para o IPCA nos próximos 12 e 24 meses é de 3,6% e 3,7%, respectivamente. Esses dados indicam claramente que não há risco de inflação fora da meta no curto e médio prazos, reforçando o caráter extremamente conservador da decisão do COPOM.

A partir das projeções para as taxas SELIC e IPCA mencionadas, é possível estimar juros reais básicos, pagos em papéis livres de risco, de 6,7% e 6,2% nos próximos dois anos. Recentemente, o Banco Central do Brasil (BCB) ajustou suas estimativas para a taxa real de juros de referência a longo prazo para 4,5% ao ano, bem abaixo das estimativas mencionadas. Esse desalinhamento compromete ainda mais as perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Na ata da reunião do COPOM[1] que definiu o encerramento do ciclo de baixa da selic, o seguinte balanço de risco foi apresentado como justificativa. A ata revela uma preocupação com a incerteza global e seus potenciais efeitos sobre a economia brasileira, evidenciando a necessidade de uma política monetária que não apenas busque a estabilidade de preços, mas também responda de forma flexível aos desenvolvimentos econômicos internacionais. A análise do Comitê destaca a importância de fatores como o comportamento da inflação de alimentos e serviços, além da resiliência da atividade econômica interna diante de eventos adversos, como as recentes enchentes no Rio Grande do Sul. Em termos de política fiscal, a sincronia com a política monetária é vista como crucial para a estabilidade econômica, refletindo o compromisso com a sustentabilidade fiscal e a ancoragem das expectativas de inflação.

Um aspecto preocupante é que o Comitê sinaliza a manutenção da política contracionista por um período relevante e abre a porta para ajustes futuros para cima na taxa básica. Em outras palavras, diz a ata, diante de um ambiente global desafiador e de expectativas de inflação menos ancoradas, o Comitê enfatiza a necessidade de uma postura monetária contracionista para consolidar a desinflação e reancorar as expectativas de inflação em torno das metas estabelecidas, mantendo-se vigilante quanto a ajustes futuros conforme necessário.

Assim, a decisão do Banco Central do Brasil de manter a SELIC em 10,5% reflete um nível de conservadorismo desnecessário, uma vez que as expectativas de inflação estão dentro do intervalo da meta para os próximos anos e a relação dívida líquida e bruta sobre o PIB tem se mantido estável, em torno de 55% e 75%, respectivamente, nos últimos anos, afastando a possibilidade de crise fiscal. Em contrapartida, taxas de juros reais elevadas não apenas desestimulam os investimentos das empresas e o consumo de bens duráveis das famílias, prejudicando o crescimento econômico, como também aumentam o serviço da dívida pública, transferindo recursos substanciais para investidores no mercado financeiro, o que equivale a cerca de 8% do PIB no caso brasileiro. Esse cenário compromete consideravelmente o espaço fiscal disponível para investimentos públicos essenciais em infraestrutura física, social e tecnológica, basilares para o desenvolvimento sustentável e a competitividade futura do país.



A produção industrial brasileira em abril de 2024

Na passagem de março para abril de 2024, a produção física da indústria brasileira teve uma leve contração de -0,5%, ajustada sazonalmente, atribuída principalmente ao declínio no setor extrativo, que registrou uma queda significativa de -3,4%, influenciada pela extração de ferro e petróleo, segundo dados do IBGE. Apesar deste resultado negativo recente, os avanços observados nos primeiros meses do ano não foram revertidos. Por outro lado, a indústria de transformação continua sua expansão desde dezembro de 2023, crescendo +0,3% em abril de 2024 com ajuste sazonal, acompanhada por 18 dos 24 ramos identificados, o que representa uma parcela majoritária de 75%. Embora o desastre ambiental no Rio Grande do Sul esteja previsto para impactar negativamente o desempenho industrial a curto prazo, os indicadores mencionados denotam um quadro industrial mais dinâmico neste trimestre, impulsionado pelas reduções nas taxas de juros básicas, que têm facilitado a expansão dos ramos de bens duráveis para consumo e investimento, anteriormente restritivos ao crescimento industrial geral.[1]

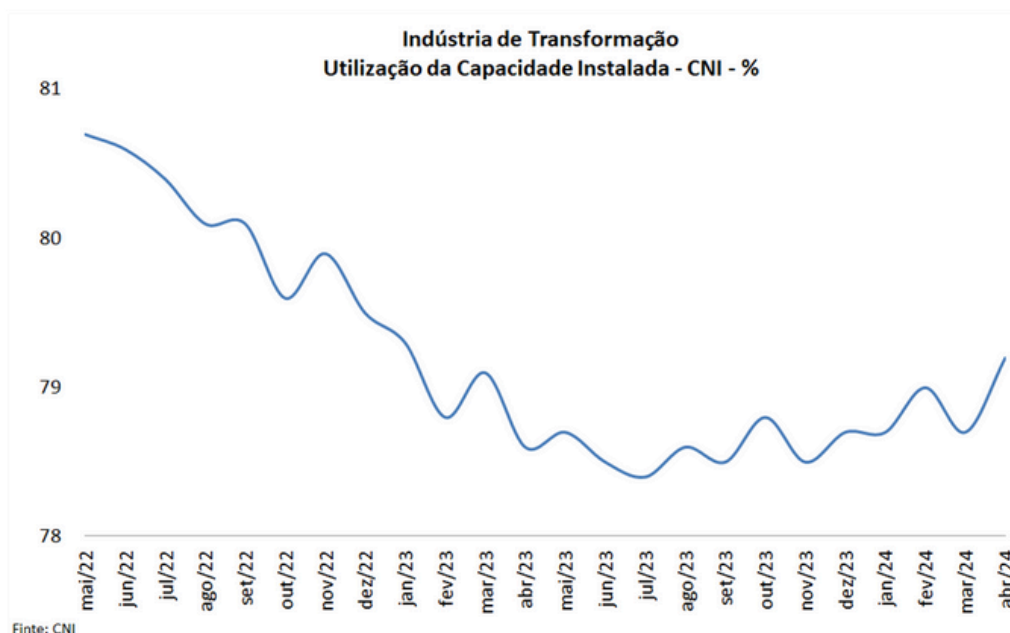
[1] IEDI - Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

Variações da Produção Industrial %

	No mês (com ajuste sazonal)	Mesmo mês ano anterior	No ano	Doze meses
Indústria Geral	-0,5	8,4	3,5	1,5
Bens de capital	3,5	25,5	4,7	-7,8
Bens intermediários	-1,2	4,6	3,2	2,1
Bens de consumo	0,2	13,5	4,5	2,5
Bens de consumo duráveis	5,6	25,8	6,7	1,4
Semiduráveis e não duráveis	0,1	11,5	4,1	2,6
Extrativa Mineral	-3,4	-1,6	3,0	7,1
Transformação	0,3	10,3	3,6	0,6

Fonte: IBGE.

Segundo informações da CNI, a taxa de utilização da capacidade instalada na indústria de transformação aumentou, passando de 78,7% para 79,2% de março a abril de 2024, ajustado sazonalmente. Isso representa um incremento de 2,5 pontos percentuais em relação ao período pré-pandemia em fevereiro de 2020 (76,7%), porém ainda fica 1,3 ponto percentual abaixo da média histórica de 80,5%.



Indicadores Conjunturais da Economia Brasileira

Índice de Preço (%)	2023								2024				
	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI
IGP-DI	-2,33	-1,45	-0,40	0,05	0,45	0,51	0,50	0,64	-0,27	-0,41	-0,30	0,72	0,87
INCC-DI	0,59	0,71	0,10	0,17	0,34	0,20	0,07	0,31	0,27	0,13	0,28	0,52	0,86
IGP-M	-1,84	-1,93	-0,72	-0,14	0,37	0,50	0,59	0,74	0,07	-0,52	-0,47	0,31	0,89
IPC-M	0,48	-0,25	0,11	-0,19	0,27	0,27	0,42	0,14	0,59	0,53	0,29	0,32	0,44
IPA-M	-2,72	-2,73	-1,05	0,17	0,41	0,80	0,71	0,97	-0,09	-0,90	-0,77	0,29	1,08
INCC-M	0,40	0,85	0,06	0,24	0,24	0,20	0,10	0,26	0,23	0,20	0,24	0,41	0,59
IPC-FIPE	0,20	-0,03	-0,14	-0,20	0,29	0,30	0,43	0,38	0,46	0,46	0,26	0,33	0,09
INPC	0,36	-0,10	-0,09	0,20	0,11	0,12	0,10	0,55	0,57	0,81	0,19	0,37	0,46
IPCA	0,23	-0,08	0,12	0,23	0,26	0,24	0,28	0,56	0,42	0,83	0,16	0,38	0,46

	Indicadores de Confiança I		
	Indicadores do Cenário Externo		
	Taxa de Juros Títulos do Tesouro Americano 10 anos	Preço do Petróleo (Brent) em US\$	Ouro - Nova York (Fixing) em US\$
mai/23	3,83	76,10	1 956,51
jun/23	3,91	82,52	1 905,20
jul/23	4,24	83,71	1 973,80
ago/23	4,44	91,51	1 942,29
set/23	4,84	87,61	1 864,37
out/23	4,45	81,17	1 993,55
nov/23	3,90	79,50	2 038,46
dez/23	4,18	80,72	2 050,11
jan/24	4,32	82,49	2 052,73
fev/24	4,24	83,83	2 053,83
mar/24	4,63	87,87	2 293,51
abr/24	4,50	80,33	2 332,27
mai/24	4,27	85,36	2 326,51

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB)/ (FED)

Indicadores de Confiança II	
Meses	Risco Brasil
mai/23	253
jun/23	233
jul/23	217
ago/23	211
set/23	206
out/23	202
nov/23	200
dez/23	195
jan/24	201
fev/24	210
mar/24	207
abr/24	212
mai/24	211

Fonte: IPEADATA

Meses	Indicadores de Confiança III						
	Taxa de Câmbio Fim de Período R\$/US\$ - Vendas	Swap de 1 ano	Inflação esperada nos próximos 12 meses Mediana	Taxa de Juros Real Ex-Ant	IPCA nos últimos doze Meses	Taxa de Juros Selic (% a.a)	Taxa Real Esperada Selic (a.a)
	mai/23	5,10	12,45	5,32	6,77	3,94	13,65
jun/23	4,82	11,72	4,71	6,69	3,16	13,75	10,27
jul/23	4,74	11,26	3,94	7,04	3,99	13,15	8,81
ago/23	4,92	10,98	4,06	6,65	4,61	13,15	8,16
set/23	5,01	11,06	4,17	6,61	5,19	12,65	7,09
out/23	5,06	11,15	4,08	6,79	4,82	12,65	7,47
nov/23	4,94	10,41	3,93	6,23	4,68	12,15	7,14
dez/23	4,84	10,05	3,80	6,02	4,62	11,65	6,72
jan/24	4,95	9,91	3,70	5,99	4,51	11,65	6,83
fev/24	4,98	9,89	3,45	6,23	4,50	11,15	6,36
mar/24	5,00	9,85	3,55	6,08	3,93	11,15	6,95
abr/24	5,17	10,39	3,64	6,51	3,69	10,65	6,71
mai/24	5,24	10,56	3,63	6,69	3,93	10,40	6,23

Fonte: Banco Central do Brasil (BCB).

PANORAMA CONJUNTURAL DA INDÚSTRIA

PUBLICAÇÃO MENSAL DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

Presidente:

José Carlos Lyra de Andrade

1º Vice-presidente

José da Silva Nogueira Filho

Diretor Executivo:

Walter Luiz Juca Sá

Coordenador Unidade Técnica

Helvio Braga Vilas Boas

INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL

Diretor Regional:

José Carlos Lyra de Andrade

Superintendente:

Helvio Braga Vilas Boas

Coordenadora de Inovação e Pesquisa

Elíana Maria de Oliveira Sá

ELABORAÇÃO:

NÚCLEO DE INOVAÇÃO E PESQUISA - IEL/AL

Coordenadora

Elíana Maria de Oliveira Sá

Consultores

Reynaldo Rubem Ferreira Júnior

Luciana Santa Rita

Analistas

Morgana Maria Machado Moura

Juliana Ferro Pereira

Estagiários

Bruno Melo Vasconcelos

Maria Raquel Farias Cezário

Marya Rita Melquiades Pereira

Welde Messias Vieira da Silva

Design/Layout

Pedro Monteiro de Oliveira

Yasmin Nayara de Araújo Costa



Maio de 2024
em Junho de 2024